

LEI MUNICIPAL Nº. 3.347, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Constantina, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 26.545.000,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil reais).

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONSTANTINA**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Do Orçamento do Município

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de CONSTANTINA para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 26.545.000,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil reais), sendo R\$ 18.304.960,00 (dezoito milhões, trezentos e quatro mil, novecentos e sessenta reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 8.240.040,00 (oito milhões, duzentos e quarenta mil e quarenta reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 26.545.000,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil reais), Fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 1.062.150,00 (hum milhão e sessenta e dois mil, cento e cinquenta reais), a Despesa do RPPS em R\$ 2.209.222,72 (dois milhões duzentos e nove mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), e, para a Prefeitura Municipal em R\$ 23.273.627,28 (vinte e três milhões, duzentos e setenta e três mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos).

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	26.545.000,00
4.1. RECEITAS CORRENTES	25.244.273,14
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	562.975,00
4.2. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	737.751,86
TOTAL:	26.545.000,00

§ 2º. A Despesa da Prefeitura e da Câmara será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00 - CÂMARA DE VEREADORES	1.062.150,00
02.00 - GABINETE DO PREFEITO	521.840,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.579.259,47
04.00 - SECRETARIA DE FAZENDA	1.231.490,00
05.00 - SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO	3.406.176,93
06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7.750.354,34
007.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA	868.422,50
08.00 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	436.379,00
09.00 - SECRETARIA DE SAÚDE	4.497.191,17
10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	780.056,97
11.00 - FUNDO DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR RPPS	2.209.222,72
12.00 - CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	128.115,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	54.750,00
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLÓG.	570.704,14
16.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	448.887,76
TOTAL:	26.545.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	1.062.150,00
04 – Administração	4.543.588,47
08 – Assistência Social	807.049,97
09 – Previdência Social	2.209.222,72
10 – Saúde	4.951.277,81
11 – Trabalho	186.150,00
12 – Educação	6.784.415,43
13 – Cultura	79.605,00
14 – Direitos da Cidadania	116.617,50
15 – Urbanismo	763.505,00
16 – Habitação	155.872,00
18 – Gestão Ambiental	5.000,00
20 – Agricultura	840.422,50
22 – Indústria	36.900,00

23 – Comércio e Serviços	27.375,00
24 – Comunicações	21.900,00
25 – Energia	6.570,00
26 – Transporte	3.403.320,84
27 – Desporto e Lazer	95.170,00
99 – Reserva de Contingência	448.887,76
TOTAL:	26.545.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

031 – Ação Legislativa	1.062.150,00
122 – Administração Geral	5.779.980,88
123 – Administração Financeira	35.950,00
126 – Tecnologia da Informação	98.550,00
131 – Comunicação Social	21.900,00
243 – Assistência a Criança e ao Adolescente	182.865,00
244 – Assistência Comunitária	624.184,97
272 – Previdência do Regime Estatutário	2.209.222,72
301 – Atenção Básica	4.375.467,42
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	570.704,14
305 – Vigilância Epidemiológica	121.723,75
306 – Alimentação e Nutrição	57.318,50
333 – Empregabilidade	213.525,00
361 – Ensino Fundamental	4.986.571,93
362 – Ensino Médio	32.850,00
364 – Ensino Superior	206.685,00
365 – Educação Infantil	1.295.140,00
367 – Educação Especial	172.950,00
392 – Difusão Cultural	86.175,00
451 – Infraestrutura Urbana	832.930,00
482 – Habitação Urbana	155.872,00
542 – Controle Ambiental	5.000,00
605 – Abastecimento	21.900,00
606 – Extensão Rural	350.400,00
661 – Promoção Industrial	138.954,00
692 – Comercialização	47.095,00
752 – Energia Elétrica	6.570,00
782 – Transporte Rodoviário	2.275.406,93
811 – Desporto de Rendimento	4.285,00
812 – Desporto Comunitário	90.885,00
813 – Lazer	32.900,00
999 – Reserva de Contingência	448.887,76
TOTAL:	26.545.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001 – Execução da Ação Legislativa	1.062.150,00
0008 – Planejamento Governamental	1.992.837,50
0016 – Administração Governamental	2.606.169,47
0021 – Serviço de Comunicação Social	21.900,00

0029 – Assistência Social em Geral	15.330,00
0031 – Prev. Social a Serv. Ativos e Inativos e Pensionistas	2.209.222,72
0032 – Regionalização e Descentralização da Saúde	3.431.351,09
0033 – Normatização, Controle e Fiscalização	121.723,75
0043 – Programa Primeiro Emprego	27.375,00
0059 – Incentivo a Atividade Industrial, Comercial	138.954,00
0060 – Apoio ao Desenvolvimento do Desporto Cultural	90.885,00
0061 – Apoio ao Desenvolvimento ao Esporte e Lazer	32.900,00
0102 – Edificação Pública	547.500,00
0105 – Assistência ao Educando	623.043,60
0106 – Assistência Social Comunitária	10.950,00
0107 – Assistência Médica e Hospitalar	570.704,14
0108 – Assistência Básica	1.603.888,80
0111 – Geração de Emprego e Renda	222.100,00
0112 – Acesso Manutenção e Qualificação do Ensino Fundamental	6.839.343,24
0114 – Acesso Manutenção e Qualificação do Ensino Médio	32.850,00
0116 – Acesso Manutenção e Qualificação do Ensino Superior	124.640,00
0119 – Desenvolvimento Cultural	86.175,00
0120 – Melhoramento da Infraestrutura Urbana	309.520,00
0121 – Política Habitacional	38.325,00
0122 – Abastecimento de Água	10.950,00
0125 – Ações Mitigadoras de Impactos Ambientais	621.485,00
0141 – Assistência e Acompanhamento a Produção	246.375,00
0144 – Abastecimento de Água para Consumo e Irrigação na Área Primária	10.950,00
0147 – Eletrificação Rural	6.570,00
0149 – Construção Restauração e Conservação de Rodovias e Estradas Vicinais	2.280.881,93
0151 – Morar Bem	117.547,00
0153 – Viajando na Leitura	8.760,00
0155 – Inclusão Digital	13.140,00
0157 – Exercitar é Viver	4.380,00
0160 – Valorizando as Diferenças	10.950,00
0161 – Programa Atleta Cidadão	4.285,00
9999 – Reserva de Contingência	448.887,76
TOTAL:	26.545.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	23.599.459,74
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.136.868,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.225,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DEPENDÊNCIAS CORRENTES	10.402.366,74
DESPESAS DE CAPITAL	1.839.652,50
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	1.614.652,50
4.5.00.00.00.00.00.00 – INVERSÕES FINANCEIRAS	25.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.105.887,76

9.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

1.105.887,76

TOTAL: 26.545.000,00

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

§ 1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º. Não se efetivando, os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo (utilizados para a abertura de créditos adicionais que se fizerem necessários, desde que haja disponibilidade financeira para atender as correspondentes despesas), desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar, por decreto, dotações de um elemento de despesa para outro, dentro do mesmo projeto, atividade, operação especial, sub-elementos, e/ou ainda dentro da mesma secretaria.

Parágrafo Único. Os remanejamentos realizados na forma do *caput* deste artigo não serão considerados para os efeitos do limite estabelecido no artigo 5º da presente lei.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 10% (dez por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das Entidades Gestoras (Prefeitura e Câmara), utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior, de acordo com o recurso.

Parágrafo Único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reabrir em 2015, os créditos adicionais especiais abertos no exercício de 2014, para aplicação de recursos de convênios, até o limite não utilizado dos recursos financeiros vinculados disponíveis.

Art. 7º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Parágrafo Único. Os saldos de recursos vinculados não utilizados no exercício de 2014, serão destinados à abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento de 2015, com a mesma finalidade, até o limite do saldo bancário disponível, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus Órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir do dia 1º de janeiro.

**Registre-se;
Publique-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 02 de dezembro de 2014.

Hermes Roque Alievi
Secretário Municipal de Administração

Leomar José Behm
Prefeito Municipal
Publicado em **02 de dezembro de 2014**,
devendo permanecer afixado extrato de
publicação no Mural de Publicações Oficiais
no período de **02/12/2014 a 02/01/2015**.

Hermes Roque Alievi
Secretário Municipal de Administração